



Demonstrações Financeiras

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Em 31 de dezembro de 2013
com Relatório dos Auditores Independentes sobre as
Demonstrações Financeiras

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2013

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial.....	3
Demonstrações dos resultados.....	4
Demonstrações dos resultados abrangentes	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstrações dos fluxos de caixa	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras	8



Centro Empresarial PB 370
Praia de Botafogo, 370
5º ao 8º Andares - Botafogo
22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel.: (5521) 3263-7000
ey.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da
Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Norte) S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Sem ressaltar nossa opinião, chamamos à atenção para a nota explicativa 1, que indica que a Companhia apresentou em 31 de dezembro de 2013 capital circulante negativo de R\$115.816.394. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando a continuidade normal dos negócios da Companhia, que se encontra em fase pré-operacional. A recuperação dos valores registrados no ativo depende do sucesso das operações futuras da Companhia e do suporte financeiro dos acionistas e/ou recursos de terceiros até que as suas operações se tornem rentáveis. Essas condições indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Os planos da Administração com relação às atividades operacionais estão descritos na nota explicativa 1.

Rio de Janeiro, 05 de maio de 2014.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6-F-RJ



Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC - 1RJ 090.174/O-4



Beatriz Gonçalves de Moraes
Contador CRC - 1RJ 091.370/O-0

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Balanco patrimonial

Em 31 de dezembro de 2013 e período de 14 de março (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2012

(Em reais)

Ativo	Nota	2013	2012
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	124.483.972	10.981.429
Impostos a recuperar		144.635	17.831
Adiantamentos		465.615	368.033
Outros créditos		810.105	-
		<u>125.904.327</u>	<u>11.367.293</u>
Ativo não circulante			
Contas a receber ativo financeiro	6	197.448.430	3.552.017
Imobilizado		84.375	60.594
		<u>197.532.805</u>	<u>3.612.611</u>
Total do ativo		<u>323.437.132</u>	<u>14.979.904</u>
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores		51.196	516.319
Retenções contratuais	9	108.926	72.662
Salários e encargos		264.097	91.791
Impostos e contribuições sociais	7	429.122	88.335
Debêntures	10	240.218.617	-
Dividendos		367.220	-
Outros passivos circulantes		281.543	510
		<u>241.720.721</u>	<u>769.617</u>
Passivo não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	2.471.725	-
		<u>2.471.725</u>	<u>-</u>
Patrimônio líquido	11		
Capital social		78.050.414	14.501.000
Reserva Legal		92.610	-
Lucros retidos		1.101.662	-
Prejuízos acumulados		-	(290.713)
		<u>79.244.686</u>	<u>14.210.287</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>323.437.132</u>	<u>14.979.904</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Demonstração dos resultados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e período de 14 de março (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2012

(Em reais)

	<u>Nota</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Receita de Construção	12	186.882.514	3.552.018
Custo de Construção	12	(186.882.514)	(3.483.894)
Lucro bruto		-	68.124
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	13	(2.562.753)	(534.861)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		(2.562.753)	(466.737)
Resultado financeiro		7.682.366	176.024
Receita financeira	14	7.711.095	178.637
Despesa financeira	14	(28.729)	(2.613)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		5.119.613	(290.713)
Imposto de renda e contribuição social corrente		(795.683)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	(2.471.725)	-
Lucro líquido do exercício/período		1.852.205	(290.713)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes

Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e período de 14 de março (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2012

(Em reais)

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício/período	1.852.205	(290.713)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de outros resultados abrangentes do exercício/período	1.852.205	(290.713)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
31 de dezembro de 2013 e período de 14 de março (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2012
(Em reais)

	Capital social	Reserva de Lucros		Prejuízos acumulados	Total
		Reserva Legal	Lucros retidos		
Saldos em 14 de março de 2012	1.000	-	-	-	1.000
Integralização de capital com emissão de 4.500.000 ações em 18/05/2012	4.500.000	-	-	-	4.500.000
Integralização de capital com emissão de 10.000.000 ações em 08/10/2012	10.000.000	-	-	-	10.000.000
Prejuízo do período	-	-	-	(290.713)	(290.713)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	14.501.000	-	-	(290.713)	14.210.287
Integralização do Capital com AFAC em 16/09/2013	63.549.414	-	-	-	63.549.414
Lucro do exercício	-	-	-	1.852.205	1.852.205
Constituição de reserva legal	-	92.610	-	(92.610)	-
Lucros retidos	-	-	1.101.662	(1.101.662)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(367.220)	(367.220)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	78.050.414	92.610	1.101.662	-	79.244.686

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e período de 14 de março (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2012

(Em reais)

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) do exercício/período antes dos impostos	5.119.613	(290.713)
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro com o fluxo de caixa		
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Aumento de adiantamentos	(97.582)	(368.033)
Aumento de impostos a compensar	(126.804)	(17.831)
Aumento (Redução) de fornecedores	(465.123)	516.319
Aumento de obrigações fiscais	340.787	88.335
Retenções Contratuais	36.264	72.662
Salários e encargos	172.306	91.791
IR / CS pagos	(795.683)	-
Outros circulantes	(2.464.391)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>1.719.387</u>	<u>92.530</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(23.781)	(60.594)
Ativo financeiro indenizável	(186.818.168)	(3.552.017)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(186.841.949)</u>	<u>(3.612.611)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Emissão de Debêntures	234.684.030	-
Partes relacionadas	391.661	510
Integralização de Capital	63.549.414	14.501.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>298.625.105</u>	<u>14.501.510</u>
Aumento/redução líquida do caixa e equivalente de caixa	<u>113.502.543</u>	<u>10.981.429</u>
Início do exercício/período	10.981.429	-
Final do exercício/período	<u>124.483.972</u>	<u>10.981.429</u>
Aumento/redução líquida do caixa e equivalente de caixa	<u>113.502.543</u>	<u>10.981.429</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e período de 14 de março (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2012
(Em reais)

1. Contexto operacional

A Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. ("GTE" ou "Companhia"), Companhia privada, de capital fechado, foi constituída em 14 de março de 2012 e está estabelecida na Av. Marechal Camara, 160 - 7º andar, sala 702, Centro no Rio de Janeiro. A Companhia, é uma Sociedade de Propósito Específico- SPE e tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agencia Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia apresenta capital circulante negativo em decorrência de não ter efetuado nenhuma atividade operacional. Portanto, é economicamente dependente de seus acionistas State Grid Brazil Holding S.A. e COPEL Geração e Transmissão S.A, respectivamente, cujas participações acionárias são de 51% e 49%, respectivamente. A Administração da Companhia entende que os acionistas continuarão a prover os recursos necessários para manutenção de suas atividades até que as operações sejam iniciadas e os resultados previstos passem a ser auferidos pela Companhia.

1.1. Da concessão

A Companhia foi constituída a partir do Consórcio Guaraciaba que foi o vencedor do Lote B do Leilão de Transmissão nº 02/2012, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em 09 de março de 2012.

O Lote B é formado pela subestação Marimbondo II (500 kV), pelas linhas de transmissão 500 kV Ribeirãozinho-Rio Verde Norte e Rio Verde Norte - Marimbondo II, e pelo seccionamento das linhas de transmissão (500 kV) Marimbondo - Araraquara C1 e C2 na subestação Marimbondo II, nos estados de Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais. As linhas de transmissão têm como objetivo escoar a energia gerada pelas usinas Teles Pires e Colider. Futuramente, outras usinas serão conectadas a esse tronco. A subestação Marimbondo II cumpre as funções de atender às regiões metropolitanas de Goiânia e Brasília e de proporcionar intercâmbio regional entre o Centro-Oeste e o Sudeste.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e período de 14 de março (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2012
(Em reais)

1.2. Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI junto às Autoridades Governamentais competentes.

A Companhia, por ter projetos aprovados de construção de infraestrutura no setor de energia, obteve a habilitação para operar no Regime de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI (instituído pela Lei nº 11.488/2007) junto as Autoridades Governamentais competentes, que concede o benefício fiscal da suspensão da Contribuição para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público PIS/PASEP e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (mercado interno e importação) na aquisição de bens ou materiais de construção de obras de infraestrutura que serão convertidas ao ativo imobilizado, a alíquota zero, conforme publicação do Diário Oficial em 26 de julho de 2013.

2. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia apresentam informações comparativas ao período anterior e foram autorizadas pela Administração em 27 de março de 2014.

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração da Companhia para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A Companhia esta em fase de construção das estruturas necessárias aos trabalhos de transmissão de energia elétrica.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e período de 14 de março (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2012
(Em reais)

2. Base de preparação e apresentação--Continuação

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. Adicionalmente as demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao período anterior, algumas reclassificações foram efetuadas para melhor apresentação.

2.1. Conversão de saldos em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

3.1. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

3.2. Receita operacional

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

3.2.1. Receita de concessão

a) Receita de construção

A Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão ("ICPC 01 (R1)") estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 - Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 (R1) - Receitas (serviços de operação - fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e período de 14 de março (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2012
(Em reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Receita operacional--Continuação

3.2.1. Receita de concessão--Continuação

a) Receita de construção--Continuação

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo próxima a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a transmissão de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo financeiro indenizável em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais, se houver.

b) Receita financeira de concessão

A receita financeira de concessão corresponde à remuneração pela taxa de desconto, que corresponde à taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente através da receita anual permitida (RAP).

3.2.2. Receita de juros

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro indenizável em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e período de 14 de março (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2012
(Em reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.3. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

a) Ativos financeiros não derivativo

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, ativo financeiro indenizável e adiantamentos. São classificados recebíveis pois representam ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis porém não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

b) Passivos financeiros não derivativos

Os principais passivos financeiros reconhecidos são fornecedores e outras contas a pagar, debentures e retenções contratuais. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos. O saldo de empréstimos é classificado como passivo financeiro não mensurado ao valor justo e reconhecidos pelo seu custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. O saldo de fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Companhia, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data dos balanços. Estes saldos também são classificados como passivo financeiro reconhecido pelo custo amortizado.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e período de 14 de março (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2012
(Em reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.3. Instrumentos financeiros

c) Desreconhecimento (baixa) dos ativos e passivos financeiros

Um ativo financeiro é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem e/ou quando a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasso”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu, nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

d) Ativos e passivos financeiros derivativos

A Companhia não mantém ativos ou passivos financeiros derivativos e não identificou contratos com características de derivativos embutidos separáveis.

3.4. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data de contratação.

3.5. Ativo financeiro indenizável

Compreende o direito de uso da infra-estrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado).

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e período de 14 de março (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2012
(Em reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.5. Ativo financeiro indenizável--Continuação

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A Companhia entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo financeiro excede o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que enquanto os registros contábeis estão a custo histórico a base de cálculo da amortização regulatória corresponde aos ativos avaliados a valor novo de reposição. Contudo, a fim de corroborar seu entendimento a Companhia efetua anualmente o teste de recuperabilidade utilizando o método do valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos ativos resultando um valor superior àquele registrado contabilmente.

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados pelas distribuidoras e transmissoras de energia e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infra-estrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia.

O valor reconhecido do ativo financeiro, suas estimativas de fluxos de caixa futuros e taxas efetivas de juros, serão revisados trimestralmente, a cada data base de reajuste anual pelo IGPM, e na revisão tarifária, que ocorre anualmente.

Estas contas a receber são classificadas entre curto e longo prazo considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e período de 14 de março (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2012
(Em reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.6. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

3.7. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e período de 14 de março (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2012
(Em reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.8. Impostos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Conforme facultado pela legislação tributária, a Sociedade optou pela tributação pelo lucro presumido. Sendo assim, a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada por meio da aplicação do percentual sobre a receita bruta. O imposto de renda é computado sobre o lucro presumido pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240.000,00 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro presumido, reconhecidos pelo regime de competência.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

3.9. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e período de 14 de março (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2012
(Em reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.10. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e período de 14 de março (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2012
(Em reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.10. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Impostos--Continuação

Julgamento significativo da Administração da Companhia é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Outras provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.11. Compromissos com o meio ambiente

Medidas compensatórias - O valor da compensação ambiental da Companhia ainda não foi oficialmente definido pelos Órgãos Ambientais pertinentes, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.985/00 e no Decreto nº 6.848/09. A Administração da Companhia, baseada no entendimento de seus assessores jurídicos, interpreta que o valor da compensação será estipulado em torno de 0,5% do valor do empreendimento, valor compatível com o provisionado.

3.12. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC e revisado pela Deliberação 641 de 07 de outubro de 2010.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e período de 14 de março (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2012
(Em reais)

4. Novos pronunciamentos contábeis

4.1. Pronunciamentos que entraram em vigor em 2013

A Companhia avaliou as novas normas com aplicação a partir de 1º de janeiro de 2013 (CPC 36 (R3) Demonstrações Consolidadas, o CPC 19 (R2) Negócios em Conjunto, o CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados, o CPC 46 Mensuração do Valor Justo, o CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto e o CPC 45 - Divulgações de Participações em Outras Entidades e verificou que não houve impacto nas demonstrações financeiras resultantes dessas normas.

4.2. Pronunciamentos emitidos que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2013

Os pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras d Companhia, estão apresentados a seguir. A Companhia pretende adotar esses pronunciamentos quando se tornarem aplicáveis.

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros - A IFRS 9, como emitida, reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição da IAS 39 e se aplica à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros conforme definição da IAS 39. O pronunciamento seria inicialmente aplicado a partir dos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, mas o pronunciamento *Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures*, emitido em dezembro de 2011, postergou a sua vigência para 1º de janeiro de 2015. Nas fases subsequentes, o IASB abordará questões como contabilização de *hedges* e provisão para perdas de ativos financeiros. A adoção da primeira fase da IFRS 9 terá impactos na classificação e avaliação dos ativos financeiros da Companhia, mas não impactará na classificação e avaliação dos seus passivos financeiros. A Companhia quantificará os efeitos assim que a norma consolidada final for emitida.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e período de 14 de março (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2012
(Em reais)

4. Novos pronunciamentos contábeis--Continuação

4.2. Pronunciamentos emitidos que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2013-- Continuação

- Entidades de Investimento (Revisões da IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27) - As revisões serão efetivas para exercícios que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2014 e fornecem uma exceção aos requisitos de consolidação para as entidades que cumprem com a definição de entidade de investimento de acordo com a IFRS 10. Essa exceção requer que as entidade de investimento registrem os investimentos em controladas pelos seus valores justos no resultado. A Companhia não espera que essas revisões sejam relevantes para suas demonstrações financeiras, uma vez que nenhuma de suas entidades se qualifica como entidade de investimento.
- IAS 32 Compensação de Ativos e Passivos Financeiros - Revisão da IAS 32 - Essas revisões clarificam o significado de “atualmente tiver um direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecido” e o critério que fariam com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se qualificassem para compensação. Essas revisões passarão a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não espera que essas revisões sejam relevantes em suas demonstrações financeiras.
- IFRIC 21 Tributos - O IFRIC 21 clarifica quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. O IFRIC 21 passa a vigorar para exercícios findos em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não espera que o IFRIC 21 tenha impactos materiais em suas demonstrações financeiras.
- IAS 39 Renovação de Derivativos e Continuação de Contabilidade de *Hedge* - Revisão da IAS 39 - Essa revisão ameniza a descontinuação da contabilidade de *hedge* quando a renovação de um derivativo designado como *hedge* atinge certos critérios. Essas revisões passam a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não possui derivativos, contudo, essa revisão será aplicada novamente a fim de identificar se houve a contratação de derivativos para a Companhia.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e período de 14 de março (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2012
(Em reais)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Bancos	5.972.335	4.774
Fundo de caixa	-	5.996
Aplicações financeiras – CDB Banco Santander	115.637.637	-
Aplicações financeiras – CDB Banco HSBC	2.874.000	10.970.659
Total	<u>124.483.972</u>	<u>10.981.429</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários – CDB compromissados. As aplicações foram remuneradas em média à taxa de 90% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI do banco HSBC e à taxa de 101% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI do banco Santander.

6. Contas a receber - ativo financeiro indenizável

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora) regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, onde:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar.
- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede.
- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização.
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela RAP, parcela garantida pelo poder concedente para remunerar o operador.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de serviço de transmissão de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação do ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão, abrangendo

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e período de 14 de março (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2012
(Em reais)

6. Contas a receber - ativo financeiro indenizável—Continuação

- (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.
- (b) Parcela refere-se à recebíveis, junto ao poder concedente, que incondicional pela construção, disponibilização e entrega de rede de transmissão, tem de entregar, direta ou indiretamente, caixa ou equivalentes de caixa. É mensurado pelo método de fluxos de caixa futuros estimados da parcela especificada na composição da tarifa de cobrança (RAP) pela construção e melhorias da rede de transmissão, descontados pela taxa interna de retorno do projeto.
- (c) Reconhecimento da receita de operação e manutenção em montante suficiente para fazer face aos custos para cumprimento das obrigações de operação e manutenção previstas em contrato de concessão.
- (d) Reconhecimento da receita financeira sobre os direitos de recebíveis junto ao poder concedente decorrente da remuneração pela taxa interna de retorno do projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo ONS, conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

O montante total a receber acumulado em 31 de dezembro de 2013 é de R\$197.448.430 (R\$3.552.017 em 31 de dezembro de 2012), classificado no ativo circulante.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e período de 14 de março (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2012
(Em reais)

7. Impostos e contribuições sociais

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	132.584	33.424
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL Retida na Fonte	32.510	-
Lei 10.833/2003 - Pis/Cofins/CSLL Retidos na Fonte	32.364	42.221
Imposto sobre serviços - ISS	102.679	12.690
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	2.105	-
Contribuição social sobre o Lucro	126.880	-
	429.122	88.335

8. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os impostos sobre a renda diferidos são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações, e, estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

A Companhia registrou os tributos e contribuições sociais diferidos sobre as diferenças temporárias decorrente da aplicação do IFRIC 12, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculos. O IR é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e a CSLL está constituída a alíquota de 9%.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e período de 14 de março (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2012
(Em reais)

8. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

A demonstração dos tributos e contribuições diferidos é a seguinte:

	<u>2013</u>
Ajustes de RTT – IFRIC 12	(7.013.899)
Alíquota fiscal - 34%	(2.384.726)
Outros	(86.999)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>(2.471.725)</u>
Imposto de renda diferido	(1.729.475)
Contribuição social diferida	(631.622)
	<u>(2.471.725)</u>

9. Retenções contratuais

As retenções contratuais são efetuadas no momento do pagamento das faturas e estão baseadas em cláusulas contratuais. Estas serão restituídas quando da conclusão do serviço por parte do fornecedor:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Ecari Empresa de Cadastramento Avaliações e Regularizações	34.485	8.613
Biodinâmica Eng. Meio Ambiente	191	31.399
Avalicon Engenharia	61.925	22.500
Antropica Consult. Cie	12.325	10.150
Total	<u>108.926</u>	<u>72.662</u>

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e período de 14 de março (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2012
(Em reais)

10. Debêntures

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de junho de 2013 (“AGE”), os acionistas da Companhia aprovaram a realização da 1ª emissão de debêntures simples, que ocorreu em 20 de junho de 2013, da espécie quirografária e não conversíveis em ações, com garantia fidejussória adicional, em série única da Companhia, que foi composta de 400 (quatrocentas) debêntures, com o valor nominal unitário de R\$1.000.000 (um milhão de reais) cada (“valor nominal unitário”), em série única para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“ICVM 476”), perfazendo o total de R\$400.000.000 (quatrocentos milhões de reais).

Sendo a primeira liberação de debêntures realizada em 03 de julho de 2013, sendo liberadas R\$ 51.016.403 e efetivamente recebido R\$ 50.144.572, líquido do custo de transação.

Em 01 de outubro de 2013 foi realizada a segunda liberação de debêntures, no montante de R\$ 185.903.980, sendo efetivamente recebido R\$ 184.539.458, líquido do custo de transação.

Em 31 de dezembro de 2013 as debêntures totalizam o montante de R\$ 240.218.617, líquido do custo de transação.

As debêntures são remuneradas a 100% da taxa média diária. “Taxa DI over extra grupo”. Pro rata temporis por dias úteis e tem vencimento final em 20 de dezembro de 2014. As debêntures tem como garantidores a State Grid Brazil Holding S.A. e Copel Geração e Transmissão S.A., acionistas da Companhia. As debêntures não possuem cláusula de repactuação e não incidem sobre elas cláusulas restritivas.

Custo de transação das debentures

A Companhia em 2013 incorreu em custos necessários para a efetivação de financiamentos de debêntures no valor de R\$ 2.236.354. A amortização destes valores com o reconhecimento no resultado do exercício, é realizada mensalmente considerando o período de vencimento das debentures de 18 meses encerrando em 04 de dezembro de 2014.

Em 31 de dezembro de 2013, foram amortizados R\$901.502.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e período de 14 de março (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2012
(Em reais)

11. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 16 de setembro de 2013, através da reunião do conselho de administração foi aprovado o aumento do capital social no valor de R\$ 63.549.414, com a emissão de 63.549.414 novas ações ordinárias nominativas com valor nominal de R\$ 1cada, distribuídas aos sócios de forma proporcional a participação de cada um no capital social, com a integralização do valor de Adiantamento para futuro aumento de capital, passando o capital social, de R\$ 14.501.000, para R\$78.050.414.

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$78.050.414, dividido em 78.050.414 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1cada, pela State Grid Brazil Holding S.A. e COPEL Geração e Transmissão S.A, na proporção de 51% e 49%, respectivamente.

A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	<u>Capital Social</u>
State Grid Brazil Holding S.A.	39.805.711
COPEL Geração e Transmissão S.A.	38.244.703
	<u>78.050.414</u>

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações.

c) Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

	<u>2013</u>
Lucro líquido do exercício	1.852.205
Reserva legal (5%)	(92.610)
Prejuízo acumulado	(290.713)
Base para cálculo do dividendo mínimo	1.468.882
Dividendo mínimo obrigatório / Dividendos propostos	<u>367.220</u>

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e período de 14 de março (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2012
(Em reais)

12. Receitas e custos de construção

Referem-se as receitas e custos incorridos para a construção e implantação das linhas de transmissão, sendo os principais como se segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Encargos sobre debentures	(3.016.308)	(3.016)
Pessoal e encargos operacionais	(558.701)	(262.525)
Serviços de terceiros	(8.341.778)	(1.111.033)
Adiantamento a fornecedores	(100.181.914)	-
Estruturas metálicas	(27.100.917)	-
Obras de engenharia	(2.457.051)	-
Cabos e condutores	(35.684.088)	-
Outros	(9.541.757)	(2.107.320)
	<u>(186.882.514)</u>	<u>(3.483.894)</u>

13. Gerais e administrativas

Referem-se às despesas incorridas administrativas, como se segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Pessoal	(1.639.069)	(255.225)
Materiais	(2.602)	(16.903)
Serviços de terceiros	(800.164)	(121.297)
Tributos	(48.147)	(2.267)
Arrendamentos e aluguéis	(99.987)	(43.187)
Despesas administrativas	(11.616)	(95.982)
Outros/recuperação de despesas	38.832	-
	<u>(2.562.753)</u>	<u>(534.861)</u>

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e período de 14 de março (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2012
(Em reais)

14. Resultado financeiro

Referem-se a receitas sobre aplicações financeiras e ativos financeiros e despesas com tarifas bancárias e juros e multas.

O saldo está composto conforme segue abaixo:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Receita sobre aplicação financeira	697.197	178.637
Rendimentos sobre ativos financeiros	7.013.898	-
Total receitas financeiras	<u>7.711.095</u>	<u>178.637</u>
Tarifas bancárias	(26.831)	(2.522)
Juros e multas	-	(91)
Outros	(1.898)	-
Total despesas financeiras	<u>(28.729)</u>	<u>(2.613)</u>
	<u>7.682.366</u>	<u>176.024</u>

15. Instrumentos financeiros

15.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

A classificação dos ativos e passivos financeiros por categoria é a seguinte:

Ativos financeiros	<u>2013</u>		
	Recebíveis	O valor justo por meio do resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	124.483.972	124.483.972
Outros	810.105	-	810.105
Contas a receber - ativo financeiro indenizável	-	197.448.430	197.448.430
	<u>810.105</u>	<u>321.932.402</u>	<u>332.742.507</u>

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e período de 14 de março (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2012
(Em reais)

15. Instrumentos financeiros--continuação

15.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria--Continuação

Ativos financeiros	2012		
	Recebíveis	O valor justo por meio do resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	10.981.429	10.981.429
Contas a receber - ativo financeiro indenizável	-	3.552.017	3.552.017
	-	14.533.446	14.533.446

Passivos financeiros	2013	2012
Fornecedores	51.196	516.319
Debêntures	240.218.617	-
Impostos e obrigações fiscais	429.122	88.335
Salários e encargos	264.097	91.791
Retenções contratuais	108.926	72.662
	242.071.958	769.107

15.2. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a) Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e período de 14 de março (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2012
(Em reais)

15. Instrumentos financeiros--continuação

15.2. Gestão de risco--Continuação

b) Riscos ambientais

As atividades do setor de energia podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, independentemente da existência de culpa. Os custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Companhia retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas, mas a Companhia procura assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas a serem observadas nas operações, a fim de reduzir o impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável de seu negócio.

c) Riscos cambiais

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de elevação nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e das debêntures em moeda nacional indexada a variação cambial captadas no mercado.

d) Riscos de crédito

O risco surge da possibilidade de virem a incorrer perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, as empresas monitoram as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e período de 14 de março (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2012
(Em reais)

15. Instrumentos financeiros--continuação

15.2. Gestão de risco--Continuação

e) Riscos de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade de a empresa não honrar com seus compromissos no vencimento. Este risco é controlado, através de um planejamento criterioso dos recursos necessários às atividades operacionais e à execução do plano de investimentos, bem como das fontes para obtenção desses recursos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa da empresa, através de projeções de curto e longo prazo, permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A empresa pode adotar, como Política Financeira, a busca constante pela mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o hedge da dívida em moeda estrangeira, caso houver.

16. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composto por danos materiais, para lucros cessantes e para responsabilidade civil.